

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS DOIS VIZINHOS
CURSO DE BACHARELADO EM ZOOTECNIA

SILVONEI JOSE PONTES

**LEVANTAMENTOS DOS EFEITOS DA FALTA DE
REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DAS FAMILIAS NO
ACAMPAMENTO SETE DE SETEMBRO-RENASCENÇA/PR**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DOIS VIZINHOS
2017

SILVONEI JOSE PONTES

**LEVANTAMENTOS DOS EFEITOS DA FALTA DE
REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DAS FAMILIAS NO
ACAMPAMENTO SETE DE SETEMBRO-RENASCENÇA/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Zootecnia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Dois Vizinhos, como requisito parcial à obtenção do título de Zootecnista.

Orientadora: Prof. Dr. Sidemar Presotto Nunes.

Coorientador: Prof. Dr. Serinei Cesar Grígolo.

DOIS VIZINHOS

2017



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Dois Vizinhos



Curso de Zootecnia

TERMO DE APROVAÇÃO
TCC

**LEVANTAMENTOS DOS EFEITOS DA FALTA DE
REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO
ACAMPAMENTO SETE DE SETEMBRO-RENASCENÇA/PR**

Autor: Silvonei José Pontes.

Orientador: Prof. Dr. Sidemar Presotto Nunes.

Coorientador: Prof. Dr. Serinei Cesar Grígolo.

TITULAÇÃO: Zootecnista

APROVADO em

Prof. Dr. Serinei Cesar Grígolo

Prof. Dra. Patrícia Fernandes

Prof. Dr. Sidemar Pressotto Nunes
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força.

Agradeço aos meus familiares pelo apoio e parceria no decorrer da minha graduação, em especial aos meus pais, Antonio Francisco Pontes e Maria Claudia Matias dos Santos Pontes.

A todos os professores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) Campus Dois Vizinhos que tornaram possível esse aprendizado.

A meu orientador Professor Sidemar Pressotto Nunes pela orientação, apoio e compreensão.

Ao meu Coorientador Prof. Dr. Serinei Cesar Grígolo.

A professora Dra. Patrícia Fernandes.

Aos agricultores pela disponibilidade e boa receptibilidade.

A equipe da cooperativa Camponesa de Agroindustrialização e Comercialização – COOCAMP, Renascença/PR.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A prefeitura Municipal de Renascença.

Enfim agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho.

RESUMO

PONTES, Silvonei José. Levantamentos dos efeitos da falta de regularização da situação das famílias no acampamento Sete de Setembro-Renascença/PR. 2017. Trabalho (Conclusão de Curso) – Programa de Graduação em Bacharelado em Zootecnia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dois Vizinhos, 2017.

O Trabalho foi realizado no município de Renascença estado do Paraná, no acampamento Sete de Setembro e na comunidade da Linha São Paulo, com o objetivo de elaborar um levantamento sobre os efeitos da falta de regularização da área dos acampados no desenvolvimento econômico e social. As propriedades foram selecionadas levando em consideração o tamanho da área, buscando também abranger a diversidade das famílias do acampamento em nível de desenvolvimento econômico e social. Os levantamentos foram realizados através da aplicação de um questionário a uma parcela dos agricultores residentes em cada uma das localidades. No acampamento as propriedades na sua grande maioria ainda estão em fase inicial de estruturação. A energia elétrica ainda é um benefício recente (desde o ano de 2010). As moradias em sua grande maioria são de madeira e muito simples. Já na Linha São Paulo, pode-se observar um padrão de moradia muito superior às do acampamento, sendo a grande maioria casas grandes e em alvenaria, além de apresentarem solos com uma fertilidade mais equilibrada e um nível tecnológico de produção mais desenvolvido. O tempo médio de ocupação no Sete de Setembro é de 13 anos, porém na Linha São Paulo esse tempo é de mais de 40 anos. Nas duas localidades os agricultores possuem acesso a benefícios básicos como: saúde, estradas em boa conservação, energia elétrica. Porém, no acampamento Sete de Setembro apenas 10% dos agricultores entrevistados possuem acesso a assistência técnica, já na Linha São Paulo esse número chega a 70%. A produção de leite é tida como fonte principal de renda nas duas situações, ocupando uma área de 22,14 hectares no Acampamento com uma produção total em 9 propriedades de 132.000 litros de leite comercializados no ano de 2016. Já na linha São Paulo, em 8 das propriedades entrevistadas constatou-se a comercialização de 240.000 litros de leite no ano de 2016. A comercialização de hortaliças, legumes e frutas foi responsável por uma renda total de R\$ 35.500,00 reais no ano de 2016, a qual esteve presente em 7 das famílias entrevistadas. Entretanto na Linha São Paulo essa comercialização não foi realizada pelos agricultores entrevistados. Na linha São Paulo o Cultivo da soja mostra-se muito expressivo, com 2770 sacas comercializadas em 2016, no acampamento a quantidade de soja comercializada é de 330 sacas. No acampamento os entrevistados colocam a regularização da situação da área como fator de maior importância no desenvolvimento econômico e social, na linha São Paulo segundo os entrevistados a assistência técnica é tida como fator determinante nesse desenvolvimento. Portanto existe influência da falta de regularização da situação da área do acampamento, pois sem a documentação os agricultores não possuem acesso a crédito pra estruturação e produção, atrasando assim o seu desenvolvimento econômico e social.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Reforma Agrária. Crédito Agrícola.

ABSTRACT

PONTES, Silvonei José. Effects of the lack of regularization of the situation of families in Sete de Setembro- Renasença/PR. 2017. Work (Course Completion) - Graduate Program in Bachelor of Animal Science, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dois Vizinhos, 2017.

The work was carried out in the municipality of Renasença state of Paraná, in Camp Sete de Setembro and in the community of Linha São Paulo, with the objective of elaborating a survey on the effects of the lack of regularization of the camping area in economic and social development. The properties were selected taking into account the size of the area, also seeking to cover the diversity of the families of the camp in the level of economic and social development. The surveys were carried out through the application of a questionnaire to a portion of the farmers residing in each of the localities. In the camp the properties in their great majority are still in the initial phase of structuring. Electricity is still a recent benefit (since the year 2010). The houses are mostly wooden and very simple. In the São Paulo Line, one can observe a pattern of dwelling much superior to the one of the camping, being the great majority great houses and in masonry, besides presenting soils with a more balanced fertility and a technological level of more developed production. The average occupation time in Sete de Setembro is 13 years, but in the São Paulo Line this time is over 40 years. In both locations, farmers have access to basic benefits such as health, roads in good conservation, and electricity. However, in Camp Sete de Setembro only 10% of the farmers interviewed have access to technical assistance, already in the São Paulo Line this number reaches 70%. Milk production is seen as the main source of income in both situations, occupying an area of 22.14 hectares in the Camp with a total production in 9 properties of 132,000 liters of milk marketed in the year 2016. In the São Paulo line, in 8 of the properties interviewed revealed the commercialization of 240000 liters of milk in the year 2016. The commercialization of vegetables, fruits and vegetables was responsible for a total income of R \$ 35,500.00 reais in 2016, which was present in 7 of the families interviewed. However, in the São Paulo Line, this commercialization was not carried out by the farmers interviewed. In the São Paulo line, the cultivation of soybeans is very expressive, with 2770 sacks sold in 2016, in the camp the amount of soybean marketed is 330 bags. In the camp interviewed, they put the regularization of the situation of the area as a factor of greater importance in the economic and social development, in the São Paulo line according to those interviewed, technical assistance is considered as a determining factor in this development. Therefore, there is an influence of the lack of regularization of the situation of the camp area, because without the documentation the farmers do not have access to credit for structuring and production, thus delaying their economic and social development

Keywords: Family Farm. Land reform. Agricultural Credit.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 OBJETIVOS.....	11
2.1 OBJETIVO GERAL.....	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
3 REVISÃO DA LITERATURA.....	12
3.1 LUTAS INDIGENAS - SÉCULO XVI e XVII.....	12
3.2 LEI DE TERRAS DE 1850.....	14
3.3 A CRISE DE 1929.....	17
3.4 REVOLTA DOS POSSEIROS 1950-1960.....	18
3.5 GOLPE DE 1964 – INFLUENCIA NA REFORMA AGRARIA	19
3.6 SURGIMENTO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E DO MST.....	20
4 MATERIAL E MÉTODOS	21
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
6. CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

Atualmente é possível se observar o grande enfoque da mídia e dos meios de comunicação em relação à situação da reforma agrária no Brasil. Dia a dia somos abordados por novas notícias sobre ocupações e sobre o crescimento constante do número de famílias acampadas para conseguirem acessar os benefícios do Programa Nacional da Reforma Agrária. Com isso, observa-se também situação de abandono de muitos acampamentos e assentamentos por parte dos órgãos responsáveis por assessorá-los na produção agrícola e pecuária, tanto para comercialização como para subsistência (MANÇANO, 2001)

Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), desde a sua criação até os dias de hoje já foram assentadas 1.346.798 famílias, em uma área que corresponde 88.819.725 hectares de área (INCRA, 2017).

Segundo Ank e Nunes (2016), atualmente na região Sudoeste do Paraná encontram-se mais de 300 famílias acampadas, divididas em aproximadamente 13 acampamentos aguardando para poderem acessar o Programa Nacional da Reforma Agrária e garantir a subsistência de seus familiares de forma digna, mantendo assim a permanência das famílias no campo.

A proposta de reforma agrária defendida pelos movimentos sociais, com destaque principal ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), possui como objetivo não só interferir concentração das grandes áreas de terra, mas também tem como meta garantir acesso a políticas públicas por parte desses trabalhadores rurais, possibilitando a eles aproveitar-se de outros meios de produção, tais como insumos agrícolas, agroindústrias, entre outros.

No Brasil segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE 2010), a agricultura familiar ocupa cerca de 84,4 % do total de estabelecimentos agropecuários, o que representa um total de 4,4 milhões de estabelecimentos. Além disso, a agricultura familiar responde como maior parte da base econômica dos municípios com população inferior a 20 mil habitantes. Também vale ressaltar que no ano de 2006 respondeu por aproximadamente de 35 % do PIB Brasileiro. No ano de 2015, em dados apresentados através de um levantamento do

Governo Federal, a Agricultura Familiar foi responsável pela produção de mais 70 % dos alimentos consumidos no país, tendo destaque: 59 % da carne suína; 58 % do Leite; 50 % da produção de aves. Isso se deve ao fato de a mesma ainda possuir mão-de-obra, facilitando assim o desenvolvimento destas atividades de forma sustentável e eficiente. Além disso, por se tratarem de áreas com pouca extensão territorial, essas atividades conseguem aumentar o ganho por área. Além desses dados relacionados ao que foi comercializado, uma boa parte da produção desenvolvida por esses agricultores familiares também é destinada ao autoconsumo, nem sempre sendo contabilizado.

Através disso vê-se uma demanda crescente por um levantamento da influência da falta de regularização da situação documental desses acampamentos no desenvolvimento produtivo, econômico e social dessa população quando comparadas aos demais agricultores que possuem a posse definitiva das suas propriedades.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Realizar um levantamento da situação econômica, produtiva e de desenvolvimento das famílias do Acampamento Sete de Setembro.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar se a falta de regularização da situação documental das famílias do Acampamento Sete de Setembro influencia no nível de desenvolvimento da produção, situação econômica e desenvolvimento social.
- Visualizar os efeitos dessa situação para os agricultores da comunidade da linha São Paulo

3 REVISÃO DA LITERATURA

A luta pela terra no Brasil vem se arrastando há mais de cinco séculos desde a chegada dos portugueses ao Brasil. Este movimento de luta teve início pelos povos indígenas, à medida que eram expulsos pelos imigrantes portugueses ou escravizados. Além disso, a luta era desenvolvida também pelos escravos, os quais lutavam pela liberdade física e cultural, fugindo e se estabelecendo em quilombos. Outra forma de luta pela terra que se fez presente na história, foi através dos trabalhadores livres que estavam sujeitos as leis dos Senhores do Capitalismo, a qual foi se estendendo com a chegada dos imigrantes no final do século XIX que mantiveram essas lutas camponesas pela propriedade da terra (MANÇANO, 2001).

3.1 LUTAS INDÍGENAS – SÉCULO XVI e XVII

Ao se observar a história e discutir os fatos mais relevantes das lutas pela terra desenvolvidas no Brasil, devemos dar um destaque especial aos que praticamente iniciaram essa disputa logo após a chegada dos portugueses ao território por eles habitado há séculos. Um dos exemplos mais marcantes dessa luta de resistência desempenhada pelas tribos indígenas pode ser observado nos povos da etnia Potiguara. Estes guerreiros se distribuíam por boa parte da costa do território brasileiro, desde a Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão. Historiadores estimam que essa população era de aproximadamente 100 mil pessoas até a chegada dos imigrantes portugueses ao Brasil no ano de 1500 (MANÇANO, 2001). A partir daí iniciaram-se os conflitos, os quais surgiram em pequena proporção. Mas com o passar dos anos e com o avanço dos imigrantes sobre o território dos povos Potiguaras, os quais sentindo-se ameaçados e encurralados por imigrantes Portugueses quanto ao uso das suas terras, iniciaram uma força reacionária, sendo esta considerada até hoje como uma das forças autóctones de maior bravura e valentia já registrada na História do Brasil.

Por mais de dois séculos (XVI e XVII) estes povos resistiram de forma heroica às tentativas de colonização pela coroa portuguesa, sendo que para isso, criaram diversas alianças, as quais lhes permitiram resistir mais bravamente, tendo ao primeiro momento se aliados aos Franceses, e posteriormente aos Holandeses. Porém essas alianças tiveram um período de duração curto, pois em 1654, os Portugueses acabaram expulsando esses aliados, o que levou a dizimação de grande maioria da população potiguara, indo na contramão da “Lei Régia de 1548”, a qual determinava um tratamento digno aos povos indígenas. Após as lutas indígenas, tiveram sequencia diversos movimentos de luta na História do Brasil.

3.2 LEI DE TERRAS DE 1850

Além dos fatos históricos que destacaram as lutas pela terra desenvolvidas pelos indígenas, cabe também destacar o processo de colonização que veio com os portugueses, os quais tinham como modelo de distribuição de terra em regime de sesmarias, sendo este o modelo que predominava no império em Portugal. Neste processo, a posse da terra não passava aos agricultores, sendo que a mesma permanece sendo da coroa portuguesa, ou seja, do Estado, o qual mantinha domínio total sobre todas essas áreas de terra, distribuindo estas aos agricultores o controle privado, conforme os interesses do império. Para essa distribuição, o império definia regras a serem seguidas nesse processo, as quais privilegiavam os brancos, puros de sangue e católicos sendo que esses tinham acesso a essas terras, excluindo as demais parcelas da população, a qual era constituída de escravos, índios, mouros e judeus, os quais não possuíam nenhum direito de acesso à terra. Através desse modelo, os senhores de engenho desenvolviam um trabalho que se constituía, apoiada no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo, com grandes extensões de terra nas quais se cultivavam principalmente a cana de açúcar (MIRALHA, 2006). Porém, mesmo com esse modelo de latifúndio, composto basicamente com a monocultura da cana de açúcar, cabe salientar que a agricultura familiar sempre se manteve presente e atuante, sendo desempenhada em pequenas áreas, na sua maioria por homens livres, os quais eram agregados dos latifundiários, e nesses espaços desenvolviam uma agricultura baseada na subsistência, mas que também servia para atender os mercados locais, visto que as grandes extensões de áreas produziam apenas cana de açúcar, sendo esta produção toda destinada a Portugal.

No Brasil o Regime de Sesmarias perdurou por um longo período, mantendo-se até 1822, sendo o mesmo suspenso meses antes da proclamação da independência do Brasil. Apesar da suspensão, o mesmo não foi substituído e sendo mantido até 1850, ano em que foi criada a Lei de Terras de 1850, que substituiu de forma definitiva este regime de distribuição de terras.

Para Podoleski (2009) as terras brasileiras sempre foram alvo dos interesses nacionais e internacionais desde o Brasil Colônia, vivendo uma constante disputa, pois o país possuía uma economia que se baseava

basicamente na extração de minérios e na agricultura latifundiária, sendo está no início fundamentada no cultivo de cana de açúcar e posteriormente no cultivo da cafeicultura. Com o fim do regime de sesmarias, o domínio da posse e uso da terras, tanto por particulares como pelo Estado, exigia uma legislação que regulamentasse a estrutura fundiária para o desenvolvimento da economia e a construção do Estado Nacional, a qual permitiria também a integralização das diferentes províncias. Conforme a Lei Nº 601, do dia 18 de setembro de 1850 houve a regulamentação da situação das terras, com as algumas das disposições gerais a seguir:

- Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

- Passaram a ser terras devolutas as que não se aplicam a uso público nacional, provincial ou municipal.

- Serão legitimadas as terras que foram adquiridas por ocupação primária, ou, de posse mansa e pacífica que estejam cultivadas ou que possuam algum princípio de cultura e moradia.

- Haverá um prazo determinado pelo governo para “regularização das terras”, podendo esse prazo ser prorrogado pelas províncias.

- As áreas de terra que não forem medidas dentro do prazo terão seu título cassado, e o possuidor ficará sem o direito de posse da terra.

- Será criada pelo governo a repartição geral das terras públicas, a cargo da qual estaria toda regularização da situação da terra devoluta, podendo ser aplicada pena de prisão de até três meses e multas nos regulamentos da presente Lei.

- Ficam derogadas todas as disposições em contrário.

Apesar de ser instituída, tal lei serviu apenas como ferramenta para auxílio da classe dominadora no intuito de manter a mesma estrutura agrária, ou seja, privando as classes menos favorecidas do livre acesso à terra, mesmo esta parcela constituindo a grande maioria da população brasileira, a qual vivia em situação de extrema pobreza. Além disso, essa lei buscava suprir a necessidade de mão de obra para desenvolver as atividades agrícolas, visto que com o fim do tráfico de escravos, através da aprovação no dia 4 de Setembro de 1850 da Lei Eusébio de Queiroz LEI Nº 581, DE 4 DE SETEMBRO DE 1850 e com o início da

vinda de imigrantes europeus para o novo mundo, dever-se-ia encontrar uma maneira de garantir que estes serviriam como mão de obra, já que caso permanecesse o regime de sesmaria, estes teriam acesso garantido a terra, visto que eram os chamados brancos de “sangue puro” e que com certeza iriam preferir ter suas terras próprias a se submeter ao trabalho nas grandes fazendas.

3.3 A CRISE DE 1929

Outro momento marcante da história do Brasil que deve-se levar em consideração no estudo das lutas de classe por uma justa política de distribuição de terra é a crise de 1929, final do século XIX e início do século XX, começam os avanços com a industrialização no Brasil (MIRALHA, 2006). Para que isso fosse possível, haveria necessidade de uma expansão do mercado de consumo interno, como maneira de garantir o consumo dos produtos oriundos dessa industrialização, visto que a população era composta de trabalhadores de grandes fazendas, os quais não eram consumidores de produtos da indústria, pois viviam em regime de colonato, sendo que os viviam subordinados a trabalhos nas grandes fazendas e sem a posse da terra. Surgindo assim, um segundo momento oportuno para a realização da reforma agrária, pois nesse momento os interesses dos industriais se chocavam com o dos grandes fazendeiros de café. Além disso, as indústrias possuíam grande demanda por mão de obra para as linhas de produção, com isso, surge a oportunidade de geração de conflitos de classes entre a burguesia industrial e os grandes proprietários de terras tentando assim promover uma reforma agrária para o desenvolvimento do capitalismo no país.

Para Sorj (1998), mesmo com essa fase de crise no país, a agricultura ainda assim expandiria, mesmo que em uma pequena proporção quando comparada a indústria, atendendo a crescente demanda do mercado interno e mantendo também em alta a importação de maquinários e insumos para a produção. Porém, para que conseguisse passar a fase de crise a agricultura teve que se adaptar a situação, substituindo a monocultura do café por culturas que passariam obter certa importância econômica para cultivo, abrindo espaço para o feijão, algodão e arroz. Além disso, veio também um processo migratório, levando a uma enorme debandada da população rumo aos grandes centros, principalmente do Nordeste e Minas Gerais em busca de melhores condições rumo ao estado de São Paulo.

3.4 REVOLTA DOS POSSEIROS 1950-1960

A exemplo das demais lutas pela terra que vinham acontecendo no Brasil, não se pode deixar de mencionar a grande importância que teve a Revolta dos Posseiros ocorrida na região Sudoeste do Paraná. Mais uma vez foi necessária a união de uma parcela da sociedade que se via sendo expulsa de suas terras por interesse de grandes corporações, pautada também por interesses políticos e econômicos. Segundo Priori (2012), para se entender as revoltas pela terra ocorridas nos séculos XVI e XX, é necessário se reportar nos conflitos de interesses desencadeados através da criação da Lei das Terras de 1850. Na região sudoeste do Paraná existiam grandes extensões de terras que até então eram pouco habitadas, as quais passam a ser Terras Devolutas, ou seja, passam a integrar o patrimônio do Estado, e através de interesses políticos e econômicos, passam a ser tratadas como mercadoria de troca entre Estado e Grandes Corporações no pagamento para empresas pela construção de ferrovias no interior do Estado.

Com isso trouxe à tona a capacidade de luta e resistência da população quando se vê em situação de exclusão. O que através dos anos foi desencadeando diversos episódios mais marcantes dessa revolta, tendo destaque o ocorrido no dia 12 de outubro de 1957. Após diversos conflitos e situações de violência as quais esses colonos vinham sendo submetidos, os agricultores exigiram um pronunciamento imediato do Estado em relação a questão das terras, formando comissões em diversos municípios para orientação desse movimento, conforme trecho relatado em Priori (2012, p. 12),

Cercaram a Delegacia, destituíram o delegado de polícia, prenderam um médico e um padre do distrito de Pranchita, por serem favoráveis à CITLA, invadiram e depredaram a casa do advogado de tal empresa, destruindo todos os contratos, documentos e promissórias que vinham sendo assinadas.

Com isso, os conflitos aqui presentes nessa época foram se acalmando, após isso houve a chegada de tropas da polícia militar com a ordem para retomada do controle na região.

3.5 GOLPE DE 1964 – INFLUÊNCIA NA REFORMA AGRÁRIA

A “questão agrária”, tão antiga quanto vasta, incide diretamente sobre a longa história das lutas sociais no país. A “reforma agrária”, ao contrário, remete a designativo mais recente, datado de meados da década de 1950, e a um discurso estatizado. Isso se deve ao surgimento em Pernambuco das chamadas Ligas Camponesas, em 1954, (MOTTA & ESTEVES 2006), em razão do conflito ocorrido no Engenho da Galileia, localizado no município de Vitória de Santo Antão. Cabe destacar que essa foi primeira liga camponesa criada no intuito de buscar se fortalecer frente aos grandes proprietários de terras, visto que no início da década de 1940, o PCB já havia fundado diversas Ligas Camponesas, porém estas numa tentativa dos comunistas de criar uma aliança operário-camponesa, afim de ampliar suas bases políticas.

No início da década de 1960, observava-se uma crescente defesa e o surgimento de inúmeras teses políticas e inúmeros programas em apoio a Reforma Agrária. Natividade (2011), comenta que o governo do presidente João Goulart teve como marca o debate em torno da questão Agrária no Brasil, o qual já se iniciara durante o segundo mandato do governo Getúlio Vargas, que colocava a industrialização sendo obstaculizada pelo atraso da agricultura, e muito especialmente, pela estrutura fundiária. Durante esse período, houve um ganho considerável da força nos movimentos sociais.

Segundo Ferreira (2006), apesar de não ter conseguido realizar a reforma agraria proposta, o Governo Joao Goulart, fortaleceu os movimentos sociais de tal forma a conseguirem uma maior repercussão nas suas lutas político sociais, além de acelerar o processo de estruturação dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Com a efetivação do golpe militar de 1964, houve um grande avanço do capitalismo junto a agricultura brasileira, acelerando o processo de concentração de riquezas, através da aplicação de novas tecnologias de mecanização a agricultura, além de provocar uma expulsão em massa dos trabalhadores, gerando massa humana para o capital.

3.6 SURGIMENTO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E DO MST

Outro momento importante e que merece ser destacado, ocorreu em meados da década de 1970, em plena ditadura militar e em resposta aos milhares de agricultores, trabalhadores rurais e posseiros, os quais viviam em condições de completa exploração de seu trabalho, expulsos de suas terras e submetidos a condições de trabalho análogas ao trabalho escravo, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO), surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT 2010). Apesar de surgir com intuito de defender os direitos dos trabalhadores a terra, a CPT acabou se envolvendo em inúmeras manifestações em defesa da reforma agrária, visto que para se ter o acesso à terra deve-se passar pelo combate ao latifúndio.

O surgimento do MST, vem atrelado a uma sequência de fatores relacionados a luta pela terra que vinha sendo organizada, desenvolvida e combatida desde a chegada dos portugueses ao território brasileiro. Após o surgimento das ligas camponesas, do MASTER (Movimento de Agricultores Sem Terra) e do fortalecimento das instituições que lutavam pela reforma agrária, começava a se desenhar o que anos mais tarde ficaria conhecido como MST. Segundo dados do Mst (2014), no início da década de 1970, com o aumento da repressão sofrida pelos que não apoiavam o modelo agrícola que se implantava, como forma de luta, ressurgem as ocupações de terra, sendo que em 1981 surge o acampamento que se tornaria símbolo de resistência à ditadura militar, localizado no Rio Grande do Sul, o qual além de desempenhar papel na luta pela reforma agrária, também servia como ferramenta da sociedade civil na luta pela volta da democracia. Após isso, veio uma sequência de marchas e lutas pela reforma agrária e em combate a ditadura militar que ainda imperava no Brasil. Com isso, em 1984, no município de Cascavel, no estado do Paraná, no que ficou conhecido como 1º Encontro Nacional, os agricultores decidem fundar um movimento camponês nacional, composto de posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem-terra, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, tendo como objetivos principais a luta pela terra, luta pela reforma agrária e luta por mudanças sociais no país.

Segundo dados do próprio Mst (2014), o Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país, sendo que já foram mais de 350 mil famílias que conquistaram a terra através dessa luta.

4 MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi desenvolvido acampamento Sete de Setembro e na comunidade da Linha São Paulo, localizados no município de Renascença, localizado na região sudoeste do Paraná. O município é originário do desmembramento de áreas dos municípios de Clevelândia e Pato Branco, sendo fundado em 29 de Novembro de 1961. Está localizado a cerca de 688 metros de altitude em relação ao nível do mar. Segundo dados do Ibge (2010), possui cerca de 6.812 habitantes. Conta atualmente com uma área de cerca de 8.313 hectares destinados a pecuária e criação de outros animais, sendo que desse total, por volta de 2.426 hectares encontram-se em situação de assentamentos de reforma agrária sem titulação definitiva e áreas ocupadas por acampamentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra. Atualmente, segundo Ank e Nunes (2016), Renascença possui cerca de 154 famílias acampadas, as quais estão divididas em seis acampamentos. O Acampamento Sete de Setembro teve início em sua formação atual no final da década de 1990, em uma área que era tida como de posse da madeireira Jaciretã, atualmente possui cerca de 47 famílias acampadas, as quais estão distribuídas em lotes de aproximadamente 5 alqueires, sendo que esses foram divididos pelos próprios acampados e dirigentes do MST. Para essa divisão foi levada em consideração a área agricultável, garantindo que cada família tivesse direito a uma parcela mínima que possibilitasse o cultivo agrícola e pecuária.

Já a comunidade da linha São Paulo é pioneira de Renascença, possui aproximadamente 37 famílias residentes em domicílios com áreas de variados tamanhos.

Foram analisados os seguintes aspectos:

1. Influência do acesso a políticas públicas: Créditos Agrícolas e Assistência Técnica;
2. Quais implicações a posse de documentos que comprovem a propriedade da terra trazem para o desenvolvimento local das famílias na produção agrícola;
3. Nível de desenvolvimento tecnológico;
4. Nível de satisfação em residir e desenvolver as atividades no local e o quanto isso influencia na organização da propriedade pela sensação de posse e pertença o local;
5. Infraestrutura das residências.

Os levantamentos foram realizados através da aplicação de um questionário a um grupo de 10 famílias residentes em cada uma das localidades. A escolha das famílias a serem entrevistadas foi realizada utilizando como critério o tamanho médio das propriedades, além de tentar-se contemplar a diversidade de produção e desenvolvimento em cada uma das realidades. Com isso, foi realizado um planejamento de famílias a serem visitadas nas duas regiões, selecionando uma parcela de 10 famílias em cada localidade a serem entrevistadas. Além dos questionários a serem aplicados, também buscou-se realizar um levantamento fotográfico das propriedades visitadas, além de se recolher relatos das famílias entrevistadas e algumas informações através de um relatório sobre o tipo de área e solo, relevo, fertilidade, condições das moradias e outros aspectos considerados importantes no momento da entrevista. A aplicação deste questionário ocorreu entre os meses de setembro e outubro de 2017, com visitas as propriedades, entrevistas dos agricultores e registro fotográfico.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1. Principais características das propriedades do Acampamento Sete de Setembro

Ano de ocupação da Área	1999
Tempo médio de Ocupação/Anos	13
Tamanho médio das propriedades hectares	13,6

Fonte: Pesquisa de campo

Conforme apresentado na tabela 1, podemos observar que apesar do acampamento ter surgido no final da década de 1990, a idade média das propriedades, ou seja, o tempo médio em que as famílias residem no local é de aproximadamente 13 anos, isso se deve ao fato de ocorrer troca de famílias ou desistência das mesmas, as quais por diversos fatores acabam abandonando o acampamento e dando lugar a novas famílias.

Um dos fatores que ajuda explicar esta taxa de troca de famílias, é a falta de acesso a recursos para estruturação da produção, seja com créditos agrícolas, investimento ou assistência técnica (Tabela 2), impossibilitando o desenvolvimento de uma parcela das famílias, as quais acabam desistindo da luta pela terra e voltando na grande maioria das vezes para as cidades.

Segundo informações do Ipea (2011), pode-se concluir que a falta da execução de uma política de reforma agrária que garanta condições mínimas de desenvolvimento do campo acarreta na baixa produtividade e com isso influencia diretamente no êxodo rural. Além disso, observa-se um tamanho médio de propriedade em torno de 13,6 hectares, os quais são destinados as mais diversas atividades agropecuárias.

Na tabela 2 pode-se observar o acesso a benefícios básicos a subsistência das famílias. Cerca de 60 % das famílias entrevistadas possuem automóvel, seja ele carro ou moto, isto acaba beneficiando de forma muito significativa a locomoção destas famílias a sede do município, já que não há presença de transporte público. Já no acesso a saúde, o atendimento é considerado de boa qualidade, porém em caso de necessidades, as famílias devem se deslocar à sede do município para que possam ser atendidas, pois foi constatado que não há unidade básica de saúde nas comunidades. Deve-se

ressaltar, no entanto, que apesar de não possuir atendimento médico nas comunidades, em todas as localidades do município de Renascença há presença e atuação de agentes comunitários de Saúde, os quais realizam visitas periódicas, buscando levantar as necessidades básicas e encaminhar ao centro de saúde. Pode-se constatar também que 100 % das famílias entrevistadas possuem estradas de acesso às propriedades em boa qualidade de conservação. Além disso, também constatou-se a presença de energia elétrica em todas as propriedades visitadas. Cabe destacar que o acesso à energia elétrica é algo recente neste acampamento, tendo sido conseguido no ano de 2010.

Tabela 2. Acesso a benefícios básicos pelas famílias do Acampamento Sete de Setembro e comunidade da Linha São Paulo

	Linha São Paulo	Sete de Setembro
Possuem Automóvel*	80	60
Acesso a Saúde**	100	100
Estradas	100	100
Energia Elétrica	100	100
Assistência Técnica***	70	10
Acesso a Créditos de Pronaf/Pronaf Investimento	70	-
Acesso a mercados Governamentais (PAA/PNAE)	-	90

* Considerando carros ou motos

** Acesso a Saúde na sede do município de Renascença

*** Assistência técnica: Emater, Cooperativas

Fonte: Pesquisa de campo.

Com relação ao acesso a assistência técnica, no acampamento apenas 10% das famílias entrevistadas relataram possuir. Esse benefício. Sendo este conseguido através de uma parceria entre a Cooperativa de Agroindustrialização e Comercialização (COOCAMP), que atua no acampamento e a Emater do município de Renascença, a qual vem fomentar a produção de queijo colonial pela família assistida, visto que esta já o faz, porém basicamente para o consumo, destinando à comercialização apenas uma

pequena quantidade. Quando questionadas a respeito do acesso a créditos agrícolas de Pronaf e Pronaf investimento, todas as famílias relataram não possuir acesso, visto que para que isso seja possível, as instituições financeiras exigem a apresentação de documentação da propriedade em nome da família, impossibilitando-se assim o acesso das mesmas a esse tipo de benefício.

Pitaguari e Lima (2005) associam o desenvolvimento econômico e estrutural dos agricultores a necessidade de acesso a políticas públicas de crédito, seja para custear a produção ou para estruturar as propriedades.

Outro dado importante levantado entre as famílias entrevistadas foi o acesso de aproximadamente 90 % das mesmas a mercados governamentais e institucionais de comercialização de alimentos (PAA/PNAE). Isso se deve ao fato de estarem organizados através de uma cooperativa de agricultura familiar, a qual fomenta a produção de hortaliças, frutas e legumes, realizando a coleta nas propriedades e garantindo assim a comercialização dessa produção, e com isso, possibilitando uma melhoria na renda dessas famílias. Apesar de atuar na comercialização, a mesma ainda não consegue prestar um acompanhamento técnico constante as famílias, visto que possui um quadro técnico reduzido.

Além disso, cabe ressaltar que a falta de acesso a créditos de certa forma impulsionou a busca por novas alternativas de produção, garantindo assim uma diversidade muito grande de linhas de produção (Tabela 3), com destaque para a produção de hortaliças, legumes e frutas, sendo estes destinados também ao autoconsumo, mas principalmente a comercialização em mercados governamentais e institucionais, tendo uma boa participação na renda das famílias no ano de 2016. Isso só é possível graças a organização das famílias e forma coletiva em cooperativas de comercialização, fato que não ocorre na comunidade da Linha São Paulo.

Tabela 3. Principais atividades agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores familiares no ano de 2016 e tamanho de área destinado a cada atividade

	Linha São Paulo	Acamp. Sete de Setembro
	Área em há	Área em há
Leite	34	22,14
Milho	27	23,62
Soja	36	21,8
Feijão	3,9	2,55
Hortaliças e Legumes	0,016	1,58
Frutas	0,007	0,511
Criação de pequenos animais *	0,314	0,533
Fumo	-	1,2
Compras governamentais (PAA/PNAE)	-	-

*Aves, suínos, caprinos e ovinos.

Fonte: Pesquisa de Campo

Ao se observar as condições estruturais das moradias, observou-se que no acampamento a grande maioria das casas ainda são construídas com a madeira de pinus retirada nas propriedades e em condições de conservação muito precárias. Já na linha São Paulo, as moradias são construídas na grande maioria em alvenaria, e em boas condições de conservação. Observando o tempo de ocupação das propriedades, pode-se tentar explicar essa diferença, visto que além do fato de na comunidade da linha São Paulo os agricultores possuírem a documentação das propriedades e o acesso a créditos agrícolas, também possuem um acúmulo de capital através dos anos, sendo passado através de gerações. Além disso, podemos observar que apesar de possuírem acesso a créditos e assistência técnica em sua grande maioria as famílias da comunidade da Linha São Paulo não acessa programas governamentais e institucionais de comercialização. Com isso vale destacar a importância de uma organização entre as famílias de forma coletiva, sendo esta através de cooperativas, a qual possui o papel de buscar mercados para comercialização de produtos que agregam um maior valor por área quando comparados as grandes culturas.

Na Tabela 4 podemos observar os principais mercados a que se destinam a produção das famílias dos agricultores, sendo que em ambas as situações, o principal mercado consumidor da produção agrícola ainda é o atravessador, com

destaque principal a produção leiteira, a qual é 100% destinada a atravessadores em ambas as situações. Isso se deve ao fato de os agricultores ainda não estarem organizados para buscar um mercado direto para a comercialização da sua produção, o qual poderia beneficiá-los de forma significativa. Já no acampamento vale destacar a atuação da Cooperativa dos Agricultores familiares (CooCamp), a qual atuou no ano de 2016 na comercialização de hortaliças, legumes e frutas. Na comunidade da linha São Paulo temos a presença de cooperativas de comercialização como principais mercados consumidores, porém estas são grandes cooperativas de comercialização de grãos, as quais não possuem uma relação direta com os associados.

Tabela 4. Principais mercados consumidores da produção agrícola das Comunidades por ordem de prioridade em porcentagem

Acamp. Sete de Setembro	Linha São Paulo
Atravessador * 90 %	Atravessador * 60 %
Cooperativas 5 %	Autoconsumo 30 %
Autoconsumo 5 %	Cooperativas 10 %

* Compradores de leite que revendem aos laticínios.

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 5. Fatores mais influenciam no desenvolvimento econômico e estrutural das propriedades por ordem de prioridade, segundo os entrevistados

Acamp. Sete de Setembro	Linha São Paulo
1º Regularização da área	1º Assistência técnica
2º Acesso a Crédito agrícola	2º Mão de Obra
3º Assistência técnica	3º Acesso a Crédito agrícola

Fonte: Pesquisa de campo.

Na Tabela 5 pode-se observar que quando questionados sobre quais fatores são determinantes para desenvolvimento econômico e estrutural das propriedades, a regularização da situação da área, seja ela pela regularização do assentamento ou pela aquisição de um título de posse, foi colocada como principal responsável pelo baixo nível de desenvolvimento econômico, seguidas pela falta de acesso a créditos agrícolas para a estruturação da produção e posteriormente pela falta de assistência técnica para o desenvolvimento das atividades agrícolas. Já na comunidade da Linha São Paulo, segundo as famílias entrevistadas, o principal fator que mais influencia este desenvolvimento é a

assistência técnica, seguida da mão de obra e posteriormente do acesso a crédito agrícola.

Tabela 6. Nível de satisfação das famílias entrevistadas em residir e desenvolver suas atividades nas propriedades

	% das famílias entrevistadas	
	Acamp Sete de Setembro	Linha São Paulo
Muito satisfeito	50	30
Satisfeito	50	60
Pouco satisfeito	0	10

Apesar de todos os problemas enfrentados pelos agricultores do acampamento se mostraram na sua grande maioria satisfeitos ou muito satisfeitos em residir e desenvolver as suas atividades nas propriedades. Na comunidade da linha São Paulo o nível de agricultores que se consideram muito satisfeitos foi inferior quando comparados aos dados do acampamento.

Outro fato relatado pelos agricultores e que deve ser levado em consideração, é a falta de sucessão familiar nas propriedades da Comunidade da Linha São Paulo, sendo que atualmente das 10 famílias entrevistadas duas já não darão continuidade a atividade produtiva, visto que permaneceram na propriedade apenas os progenitores da família e estes se encontram em idade avançada e com isso relataram um possível arrendamento das áreas para terceiros já na safra 2017/2018. No acampamento esse problema também aparece, porém de forma menos significativa, que segundo os agricultores seria resolvido com a possibilidade de acesso a estruturação da produção, pois com isso não haveria a necessidade dos filhos deslocarem-se para outros locais em busca de trabalho.

Ao fim observa-se que a falta de regularização da situação documental das propriedades influencia de forma direta no desenvolvimento econômico, de produção e social das famílias, porém pode-se observar também a capacidade de adaptação das famílias a situação a elas proposta pela falta dessa regularização, as quais buscaram se organizar de forma coletiva e sair a procura de diversas alternativas de produção para tentar garantir a sua subsistência nas propriedades.

6. CONCLUSÃO

Através dos dados levantados pode-se concluir que falta de regularização da situação dos agricultores sem-terra acampados no Acampamento Sete de setembro, traz muitas dificuldades para o desenvolvimento econômico e social. A falta de acesso a recursos para investimentos acaba atrasando e muitas vezes até sendo o fator limitante da permanência das famílias no campo. Pode-se concluir também que além da importância de se viabilizar o aporte de recursos a esses agricultores, é de fundamental importância que os recursos venham acompanhados de uma assistência técnica constante, garantindo assim maiores chances de sucesso dos agricultores.

REFERÊNCIAS

ANK, Jaqueline; NUNES, Sidemar Presotto. Ocupação, divisão e produção: os atuais acampados da reforma agrária no Sudoeste do Paraná. In: **IV Jornada de pesquisas sobre a questão agrária no Paraná**. Marechal Cândido Rondon, 2016.

BRASIL. Governo Federal. **Economia e emprego**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acessado em julho de 2017.

BRASIL. **LEI Nº 581, DE 4 DE SETEMBRO DE 1850**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm> Acessado em 10 de julho de 2017.

BRASIL. **Lei Nº 601, do dia 18 de setembro de 1850**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acessado em 22 Julho de 2017.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>> Acessado em 20 de julho de 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **O período Jango e a questão agrária**: luta política e afirmação de novos atores. In: (org.) João Goulart entre a memória e a história. Rio de Janeiro: FGV, 2006).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/renascenca/pesquisa/24/27745>. Acesso em: 18 de agosto de 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/default.shtm>. Acesso em 05 julho de 2017.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Reforma Agrária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma_agraria>. Acessado em 10 de junho de 2017.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Anais do primeiro circuito de debates acadêmicos**: Modernização Agrícola e Migração Rural: Uma Breve Reflexão Acerca da Realidade Paranaense. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo7.pdf>> Acessado em 22 de novembro de 2017.

MANÇANO, Fernandes B. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**. Disponível em: <www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>. Acesso em 05 de julho de 2017.

MIRALHA, Wagner Miralha. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**. P. 154-156, ano 9, N. 8 – JANEIRO/JUNHO DE 2006.

MOTTA Márcia. **Uma luta desconhecida**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: <<http://www.mstemdados.org/sites/default/files/LigasCamponesas-historia>> Acessado em 15 de julho de 2017.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **A História da luta pela terra**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia>> Acessado em 12 de Setembro.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **A nossa produção**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-producao>> Acessado em 10 de agosto de 2017.

PITAGUARI, S. O.; LIMA, J. Ferrera de. As idéias keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais. Interações: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 6, n. 10, p. 11-20, 2005.

PODOLESKI , Onete da Silva. Lei de Terras de 1850. **Revista Santa Catarina em História** . Florianópolis, 2009.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná**: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-12.pdf>> Acessado em: 25 de Novembro de 2017.

SORJ, Bernardo. **Reforma agrária em tempos de democracia e globalização**. In: Novos, Estudos CEBRAP, São Paulo, 1998. pp. 23-40.